

## **Introdução**

O desenvolvimento das teorias neoinstitucionais ao longo do século XX e início do século XXI parece convergir para um debate epistemológico e metodológico em torno de duas correntes majoritárias: o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo histórico. Essas duas tradições respondem por grande parte da produção em Ciência Política, oferecendo diferentes instrumentos de análise dos fenômenos sociais. Embora ambas se ocupem do estudo das instituições e de seu papel na sociedade e compartilhem de alguns conceitos, como o de racionalidade (THELEN; STEINMO, 1992), existem importantes pontos de atrito, culminando em divergências teóricas de substantiva relevância.

A tradição da escolha racional tem respondido por uma diversa produção acadêmica em Ciência Política a partir dos anos 1990, como Green e Shapiro (1994) e Norris (1997), enquanto o institucionalismo histórico reconhece como suas referências principais Theda Skocpol, Kathleen Thelen, James Mahoney, Paul Pierson, Wolfgang Streeck e Dietrich Rueschemeyer, autores que vêm produzindo

consistentemente nessa corrente teórica. A literatura dessa corrente, ao longo das últimas duas décadas, vem tentando desenvolver uma teoria da mudança institucional, apontando mecanismos pelos quais as mudanças procedem na estrutura (PIERSON, 2000, 2003, 2004) e nos agentes (THELEN; STREECK, 2005; MAHONEY; THELEN, 2010). Não por um acaso, essa dicotomia agente-estrutura tornou-se o calcanhar de Aquiles desse esforço de teorização, indicando que o institucionalismo histórico ainda enfrenta o desafio de criar uma nova teoria política positiva.

Entretanto, esse não é o único desafio enfrentado por essa abordagem na Ciência Política. Desde a Revolução Comportamentalista ocorrida na década de 1950, no contexto do desenvolvimento da disciplina nos Estados Unidos, os métodos quantitativos tornaram-se a principal forma de abordar, coletar e sistematizar os fenômenos políticos (EASTON, 1985; FARR, 1995; KIRKPATRICK, 1962). Somou-se a essa virada metodológica o advento das abordagens racionais-dedutivas na forma de teoria dos jogos, modelos espaciais e modelos de agentes (COX, 1999), os quais conferiram um viés

- 
- 1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua pesquisa atual enquadra-se na área de hierarquias de conhecimento, preocupando-se com questões epistemológicas e metodológicas da Ciência Política contemporânea, especialmente teoria institucional, modelagem matemática e teoria normativa. E-mail: leninelima@gmail.com
  - 2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seus interesses de pesquisa enquadram-se na área de hierarquias de conhecimento, especificamente na História da Ciência Política e em questões de representatividade de gênero na disciplina. E-mail: melina.ufrgs@gmail.com

ainda mais formal ao tratamento analítico da coisa política. Essas predileções levaram a contestações dentro da academia de Ciência Política em distintos momentos, sendo os mais recentes o caso do Mr. Perestroika e o Data Access and Research Transparency (DA-RT). O primeiro lançou um manifesto via e-mail para a academia de Ciência Política norte-americana, questionando o viés formalista e quantitativista da principal revista da Associação Americana de Ciência Política; o segundo, por sua vez, traduz as divisões metodológicas na disciplina na forma de uma política de publicação, fundada em uma concepção de transparência e divulgação de dados mais adaptável ao modelo de pesquisa da tradição quantitativa. Ambos os momentos reativam antigos questionamentos sobre a política de ciência presente na disciplina (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). Nesse contexto, o institucionalismo histórico situa-se em uma disputa epistemológica e metodológica diante de uma preferência tácita pelas abordagens quantitativas e formais.

Considerando a relevância do tema, este artigo se propõe a percorrer os desenvolvimentos teóricos do institucionalismo histórico ao longo das últimas duas décadas e meia, de forma a reconstruir o desenvolvimento da própria abordagem e posicioná-la ante o debate metodológico que enseja as hierarquias de conhecimento na Ciência Política. A primeira proposta fornece um panorama de como as obras seminais publicadas sobre o tema progredem por meio da adição de mecanismos e modelos de mudança institucional; já a segunda apresenta os desafios enfrentados por uma disciplina cada vez mais orientada por preferências quantitativistas, em especial no contexto da academia norte-americana.

O artigo está dividido em cinco partes. Primeiramente, remontam-se os fundamentos da teoria com a volta do Estado para os estudos de Ciência Política, seguindo para os

esforços teóricos mais concretos de Douglass North (1990, 2005) e Kathleen Thelen e Sven Steinmo (1992), principalmente no que tange à diferenciação dessa abordagem da corrente da História Comparada. Na segunda seção, apresentam-se com mais vagar os conceitos e métodos do institucionalismo histórico, focando-se na sua proposta de teoria de médio alcance e nas ferramentas analíticas que permitem aos autores realizar estudos sobre os processos históricos que conduzem a mudanças institucionais. Na terceira parte, discutem-se as críticas a essa abordagem. Em seguida, trata-se do tema das hierarquias de conhecimento e como elas afetam o conjunto epistemológico e metodológico do institucionalismo histórico, bem como o pluralismo dentro da disciplina. Finalmente, o artigo encerra-se com uma conclusão que retoma alguns dos principais pontos elencados ao longo do texto.

## **A história do institucionalismo histórico**

O ressurgimento das instituições como unidade de análise dos fenômenos políticos ocorreu como reação aos estudos desenvolvidos no âmbito da Revolução Comportamentalista (EASTON, 1985). No princípio desse movimento, não se podia falar de uma teoria institucional claramente definida e, por essa razão, as obras que tratavam de instituições assumiram um papel eminentemente sociológico (SKOCPOL, 1985, 2003) e comparativista (GOLDSTONE, 2003; MAHONEY; RUESCHEMEYER, 2003). Nessa tradição, as instituições são entendidas como normas sociais e cognitivas que oferecem os padrões e os constrangimentos à ação humana (HALL; TAYLOR, 2003). Essa definição imprecisa que, de certo modo, abarca todo tipo de instituição social, passa a ser revisada e suplantada pelas tradições correntes, quais sejam, o

institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo histórico (REZENDE, 2012).

O tratamento sociológico dado inicialmente às instituições parece haver sido melhor adaptado pelo institucionalismo histórico, razão pela qual pode-se falar de uma classificação binária das abordagens neoinstitucionais (SANDERS, 2006; SHEPSLE, 2006; MAHONEY; THELEN, 2015). A própria linguagem da corrente histórica e suas técnicas de análise mais preocupadas com narrativas históricas conferem certa consistência e coerência aos estudos sociológicos em comparação com as análises de escolha racional, que estão mais interessadas em formalizações matemáticas e espaciais (SHEPSLE, 2010; THELEN, 1999). Entretanto, essa herança – por assim dizer – não se processou sem algumas redefinições conceituais, conflitos entre correntes e delimitação das técnicas de pesquisa. O estabelecimento do institucionalismo histórico como uma unidade teórica própria deve ser entendido como um processo de diferenciação e sofisticação de sua análise, o que aconteceu ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI.

Os estudos iniciais de Kathleen Thelen e Sven Steinmo (1992) sobre as origens e trajetórias do neoinstitucionalismo reconhecem ponto de conexão não só com a tradição sociológica, mas também com a teoria da escolha racional e com sua vertente institucional. Para esses autores, um conceito fundamental que alicerça as duas abordagens é o da racionalidade dos atores, ou, mais precisamente, o fato de os agentes humanos serem dotados de razão instrumental. A diferença, porém, que se percebe entre a abordagem mais voltada para a História é que essa busca contextualizar os elementos que sustentam essa racionalidade, compreendendo como as preferências dos

atores são formadas e como as escolhas são processadas no ambiente institucional em que eles se encontram (algo que o institucionalismo racional toma como exógeno). Ao fazerem isso, os autores propõem uma nova agenda de pesquisa capaz de posicionar a História nas análises de forma a compreender como se dá o desenvolvimento das instituições.

Esse estudo é um marco porque ofereceu as bases para todas as pesquisas subsequentes no institucionalismo histórico. Enquanto os estudos de Skocpol (1985) e de North (1990) – duas das grandes referências nos estudos institucionalistas – ainda embasavam-se em marcos teóricos de outras disciplinas (Sociologia e Economia, respectivamente), o esforço de Thelen e Steinmo (1992) contribuiu para o desenvolvimento de uma nova agenda não só de pesquisa empírica, mas também de teorização. Nesse sentido, alguns outros autores são de suma importância pela sua contribuição na delimitação do escopo da teoria e dos mecanismos e técnicas de análise dos fenômenos institucionais.

Mahoney e Rueschemeyer (2003) oferecem uma distinção importante entre o institucionalismo histórico e a História Comparada. Para eles, o trabalho da tradição comparativa “preocupa-se com a análise causal, uma ênfase nos processos no tempo, e o uso de comparação sistemática e contextualizada”<sup>3</sup> (Ibid., p. 10, tradução nossa), enquanto que o institucionalismo histórico distingue-se pelo fato de não se empenhar em uma comparação sistemática de casos (Ibid., p. 11). Essa delimitação é claramente perceptível no caráter dos estudos de caso tão caros aos institucionalistas históricos, em geral mais preocupados com o mapeamento dos processos históricos que levaram a mudanças em determinadas instituições em determinado país (ou qualquer outro

3 No original: “does share a concern with causal analysis, an emphasis on processes over time, and the use of systematic and contextualized comparison”.

nível de análise). Mais recentemente, a obra de Acemoglu e Robinson (2012) encontra-se no limiar entre essas duas perspectivas, justamente por apresentar um estudo histórico das instituições por meio de uma análise individual de diversos casos e de uma análise comparativa para o desenho de uma teoria.

Pierson (2003, 2004) contribui com a pesquisa de institucionalismo histórico apresentando ferramentas analíticas para a construção dos estudos de caso. Para ele, os processos históricos são idiossincráticos, ocorrendo em diferentes horizontes temporais de causalidade e de efeitos. Por essa razão, os mecanismos que Pierson propõe separam os processos em pedaços, de forma a compreender como eles se relacionam entre si. Em vez de considerar que um processo  $x$  leva a um resultado  $y$ , Pierson percebe que entre um ponto e outro pode haver outros processos que precisam acontecer, acumular-se e concentrar-se antes que o resultado seja produzido. Nesse sentido, a narrativa histórica assume um papel mais analítico, em que cada fio assume um papel no conjunto do tecido da História. Ademais, Pierson também contribui com o esforço teórico ao trazer a ideia de *feedback* positivo para a compreensão da dependência da trajetória.

Thelen e Streeck (2005) e Mahoney e Thelen (2010) mais recentemente chamaram atenção para o papel dos agentes como fomentadores da mudança institucional. Até então, os agentes humanos eram desconsiderados das análises, uma vez que essas se preocupavam com a compreensão dos processos históricos das estruturas institucionais. A partir da obra de Thelen (2003, 2004), a atenção se volta para a agência humana e o esforço que culmina na obra de Mahoney e Thelen (2010) é de uma teoria que abarca os constrangimentos estruturais e os agentes simultaneamente. Essa teoria, porém, apresenta um conflito importante entre agente e estrutura, o que será tratado com mais vagar nas próximas seções.

Resumindo este breve percurso histórico, o que se tem hoje é uma agenda de pesquisa com características próprias não apenas em termos de conteúdo, mas também de métodos e teoria. O institucionalismo histórico firmou-se como uma das principais abordagens que se contrapõem aos modelos do institucionalismo racional. Não significa, porém, que não exista diálogo, ainda que tímido, entre as mesmas: ao contrário, há um reconhecimento de algumas críticas e empréstimos de técnicas entre ambas as correntes em uma tentativa de sanar as limitações que apresentam (THELEN, 1999). A seguir, ao explorar os fundamentos teóricos do institucionalismo histórico, serão destacados alguns desses pontos de conexão entre o institucionalismo histórico e o racional.

### **A pesquisa do institucionalismo histórico: conceitos e epistemologia**

Como apontado na seção anterior, o desenvolvimento do institucionalismo histórico demandou a criação de técnicas próprias de pesquisa, bem como de conceitos que lhe servissem para compreender os fenômenos históricos analisados. Uma vez que a História assumiu um papel central no estudo das instituições, fez-se mister desenvolver um conjunto sólido de ferramentas conceituais e metodológicas para construir de maneira coerente e consistente os desenhos das pesquisas do institucionalismo histórico. Porém, o esforço das últimas duas décadas e meia não eliminou uma parcela importante da arbitrariedade das premissas dessa abordagem: ainda se desenvolvem pesquisas em que a definição do horizonte temporal cabe aos desígnios do pesquisador e não a uma contingência histórica evidente (PIERSON, 2003), assim como muitas afirmações sobre a lógica de ação dos atores ainda é definida sem evidências concretas.

De qualquer forma, é fundamental elencar os conceitos centrais antes de proceder a

uma crítica mais detalhada do institucionalismo histórico. A História desempenha o papel central na teoria. Contrariando a hipótese ergódica<sup>4</sup>, Douglass North (2005) reconhece a constante mutabilidade do ambiente que circunda o homem, com suas instituições e sistemas de crenças. Em um mundo não ergódico, os processos históricos são idiossincráticos e, por essa razão, teorias que busquem generalizar processos sociais não oferecerão resultados satisfatórios (NORTH, 2005). Porém, se o mundo é um conjunto de fenômenos complexos, conjunturais e, sobretudo, profundamente inter-relacionados com a mente humana, como se pode construir uma teoria capaz de compreendê-lo? Não é por acaso que a tradição do institucionalismo histórico – assim como as demais teorias políticas positivas – vem se confrontando com uma gama de desafios epistemológicos ao longo da última década. Nesse sentido, alguns conceitos e técnicas de pesquisa utilizados merecem destaque. A seguir, tratar-se-á esquematicamente de: instituições, *path dependence*, mudança institucional, mecanismos de mudança e outras questões.

### Instituições

O enfoque dado pelos institucionalistas históricos às instituições distingue-se da noção de jogo e de regras tão cara à corrente racional (SHEPSLE, 2010). Embora não haja consenso em torno de uma única definição, é possível problematizar o conceito de instituições a

partir da proposta classificatória de Hall e Taylor (2003), na qual o institucionalismo histórico entende as instituições

como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas. Em geral, esses teóricos têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196).

Essa definição, em grande medida, remonta aos escritos de Thelen e Steinmo (1992) no início do desenvolvimento da teoria do institucionalismo histórico na década de 1990. À medida que os esforços de teorização mobilizaram cada vez mais pesquisadores, novas definições de instituição surgiram, ainda que orbitando em torno da proposta supracitada. Conforme Thelen e Streeck (2005, p. 9, tradução nossa), instituições são

blocos construtivos da ordem social: elas representam as expectativas sancionadas, isto é, coletivamente aplicadas com respeito ao comportamento de categorias específicas de atores ou à performance de certas atividades. Tipicamente elas envolvem direitos mutuamente relacionados e obrigações para o ator, distinguindo entre ações apropriadas e inapropriadas, ‘certas’ e ‘erradas’, ‘possíveis’ e ‘impossíveis’ e, desse modo, organizando o comportamento em padrões previsíveis e confiáveis<sup>5</sup>.

4 No original: “Ergodic is defined in Webster’s dictionary as, involving or relating to the probability that any state will recur, especially having zero probability that any state will never recur. Therefore, ‘an ergodic stochastic process simply means that averages calculated from past observations cannot be persistently different from the time average of future outcomes’” (NORTH, 2005, p. 19). A hipótese ergódica é bastante cara à economia neoclássica e foi, de certa forma, absorvida pela Ciência Política por meio da teoria da escolha racional.

5 No original: “building-blocks of social order: they represent socially sanctioned, that is, collectively enforced expectations with respect to the behavior of specific categories of actors or to the performance of certain activities. Typically they involve mutually related rights and obligations for actors, distinguishing between appropriate and inappropriate, ‘right’ and ‘wrong’, ‘possible’ and ‘impossible’ actions and thereby organizing behavior into predictable and reliable patterns”.

Essa definição, que já delimita com mais clareza o conceito, apresenta o caráter preditivo e padronizador das instituições. Essa função institucional é explorada com mais vagar por North (2005, p. 49, tradução nossa). Nas palavras desse autor, o arranjo institucional de uma sociedade

consiste em uma estrutura política que especifica o modo como desenvolvemos e agregamos escolhas políticas, na estrutura de direitos de propriedade que define as atividades formais, e na estrutura social – normas e convenções – que define os incentivos informais na economia. O quadro institucional reflete as crenças acumuladas de uma sociedade ao longo do tempo, e a mudança no quadro institucional é geralmente um processo incremental, que reflete os constrangimentos que o passado impõe no presente e no futuro<sup>6</sup>.

As instituições existem como amálgamas das crenças e normas sociais, surgindo para desempenhar a função de reduzir as incertezas

que permeiam a vida social, seja na esfera política, seja na econômica. Ao agregarem as escolhas políticas e definirem a estrutura de atuação dos indivíduos, as instituições minimizam problemas de transação, como custos e informação. Por essa razão, alterá-las é um processo complexo, uma vez que envolve a mudança de práticas já cristalizadas na sociedade e de interesse da mesma – e, mais acentuadamente, daqueles que se beneficiam diretamente delas.

### *Path dependence*

Um dos mais controversos conceitos da Ciência Política contemporânea, a noção de *path dependence* (dependência da trajetória) é crucial para a análise dos institucionalistas históricos. Diversas definições poderiam ser catalogadas na literatura, das quais algumas são ressaltadas no Quadro 1.

**Quadro 1**  
**Definições de *path dependence***

<b>Stinchcombe (1968)</b>	“causação histórica, na qual as dinâmicas iniciadas por um evento ou processo em um ponto no tempo reproduzem-se e se reforçam mesmo na ausência da recorrência do evento ou processo original” <sup>1</sup> (cf. Pierson, 2000, p. 195, tradução nossa).
<b>Levi (1997)</b>	“ <i>path dependence</i> deve significar, se for para significar algo, que uma vez que um país ou região tenha começado em um caminho, os custos de reversão são muito altos. Haverá outros pontos de escolha, mas os entrancheamentos de certos arranjos institucionais obstruem uma fácil reversão da escolha inicial” <sup>2</sup> (p. 28, tradução nossa).
<b>Thelen (1999)</b>	“uma perspectiva que examina o desenvolvimento político e econômico no contexto histórico e em termos de processos desenrolando-se ao longo do tempo e em relação um com o outro, dentro de um contexto maior no qual os desenvolvimentos em um domínio colidem com e moldam os desenvolvimentos em outros” <sup>3</sup> (p. 390, tradução nossa).
<b>Mahoney (2000)</b>	“ <i>path dependence</i> caracteriza especificamente aquelas sequências históricas nas quais eventos contingentes põem em movimento padrões institucionais e cadeias de eventos que possuem propriedades determinísticas” <sup>4</sup> (p. 507, tradução nossa).

(*Continua*)

6 No original: “consists of the political structure that specifies the way we develop and aggregate political choices, the property rights structure that defines the formal economic activities, and the social structure – norms and conventions – that defines the informal incentives in the economy. The institutional framework reflects the accumulated beliefs of the society over time, and change in the institutional framework is usually an incremental process reflecting the constraints that the past imposes in the present and the future”.

## Quadro 1 – continuação

<b>North (2005)</b>	“ <i>path dependence</i> é um fato da História e uma das lições mais resistentes e significativas que devem ser derivadas do estudo do passado. A dificuldade de fundamentalmente alterar o passado é evidente e sugere que o processo de aprendizado pelo qual chegamos às instituições de hoje constrange as escolhas futuras. É mais do que simplesmente que as organizações que foram trazidas à existência pela matriz institucional existente devem sua sobrevivência e seu bem-estar àquela matriz e, portanto, tentarão evitar mudanças que afetariam adversamente seu bem-estar. É também o fato de que o sistema de crenças subjacente à matriz institucional deterá a mudança” <sup>5</sup> (p. 77, tradução nossa).
---------------------	---

<sup>1</sup> No original: “historical causation, in which dynamics triggered by an event or process at one point in time reproduce and reinforce themselves even in the absence of the recurrence of the original event or process”.

<sup>2</sup> No original: “path dependence has to mean, if it is to mean anything, that once a country or region has started down a track, the costs of reversal are very high. There will be other choice points, but the entrenchments of certain institutional arrangements obstruct an easy reversal of the initial choice”.

<sup>3</sup> No original: “a perspective that examines political and economic development in historical context and in terms of processes unfolding over time and in relation to each other, within a broader context in which developments in one realm impinge on and shape developments in others”.

<sup>4</sup> No original: “path dependence characterizes specifically those historical sequences in which contingent events set into motion institutional patterns or event chains that have deterministic properties”.

<sup>5</sup> No original: “path dependence is a fact of history and one of the most enduring and significant lessons to be derived from studying the past. The difficulty of fundamentally altering a path is evident and suggests that the learning process by which we arrive at today’s institutions constrains future choices. It is more than the organizations brought into existence by the existing institutional matrix owe their survival and well-being to that matrix and therefore will attempt to prevent changes that would adversely affect their well-being. It is also that the belief system underlying the institutional matrix will deter change”.

Fonte: Elaboração dos autores.

Segundo as definições listadas no Quadro 1, a noção de dependência de trajetória implica em uma relação determinística entre fatos históricos, estabelecendo outrossim cadeias de causalidade. A partir do momento em que determinado fato ocorre, toda uma trajetória histórica se desenvolve, criando contingências temporais e grupos de ganhadores e de perdedores. Verifica-se, portanto, a retroalimentação de processos a partir de um processo inicial que se autorreforça com o passar do tempo. A isso se denomina de *feedback* positivo, conceito derivado da ideia de retornos crescentes da Economia e que fundamenta a ideia do *path dependence* (PIERSON, 2000). Porém, como se pode perceber, os autores supracitados enfatizam diferentes aspectos do significado de *path dependence*. Esse procedimento pode ser visto

como uma forma de destacar elementos do conceito que são mais interessantes à pesquisa em tela, como por exemplo: Levi enfatiza os custos de reversão das decisões históricas; Thelen alerta para as relações entre temporalidade e contexto; Mahoney preocupa-se com o determinismo histórico; e, finalmente, North atenta-se aos constrangimentos às mudanças institucionais gerados pelas decisões passadas. Entretanto, esse procedimento é criticado por Pierson (2000) como uma potencial fonte de esticamento conceitual, na medida que o conceito se torna tão abrangente que perde sua capacidade explicativa.

Grande parte da pesquisa em institucionalismo histórico consiste em identificar padrões de dependência de trajetória. Nesse sentido, a reconstrução dos processos históricos macroestruturais das instituições assume

grande importância. Na literatura mais recente, busca-se, outrossim, identificar padrões de trajetória em aspectos microfundacionais, especificamente nas estruturas que envolvem os agentes (THELEN; STREECK, 2005). Essa abordagem focada na agência foi a saída teórica encontrada para compreender a mudança institucional quando o *path dependence* opera: ora, se os processos tendem a se retroalimentar ao longo do tempo, criando certa estabilidade de trajetória, como poderia, então, proceder a mudança institucional? A resposta para essa pergunta pode ser dada tanto por fatores exógenos (como uma conjuntura crítica) (PIERSON, 2004; THELEN, 1999) como endógenos, especialmente por meio da ação dos atores (MAHONEY; THELEN, 2010; NORTH, 2005; STEINMO, 2010; THELEN; STREECK, 2005).

### *Mudança institucional*

A literatura identifica duas fontes de mudanças institucionais: exógenas, destacando-se as conjunturas críticas (PIERSON, 2004) e os mecanismos de mudança; e endógenas, por meio da agência humana (MAHONEY; THELEN, 2010; NORTH, 2005; THELEN; STREECK, 2005). Elas não são excludentes, mas o foco de cada abordagem é distinto: enquanto as fontes exógenas tratam da estrutura das instituições e do ambiente institucional, compreendendo como causas contextuais e ambientais provocam mudanças, as fontes endógenas chamam atenção para a artificialidade das instituições como obras da ação humana e, portanto, sujeita a conflitos de poder e de interesses entre os agentes envolvidos nelas.

Grande parte da literatura tradicional do institucionalismo histórico tem focado no

caráter exógeno da mudança institucional, especialmente por meio de conjunturas críticas. Segundo Pierson (2004, p. 134-135, tradução nossa),

os institucionalistas históricos têm frequentemente argumentado que a mudança institucional tipicamente envolve mudanças de “equilíbrio pontual” [...]. Existem breves momentos nos quais oportunidades para maiores reformas institucionais aparecem, seguidos de longos períodos de estabilidade institucional. Conjunturas são “críticas” porque elas colocam os arranjos institucionais em caminhos ou trajetórias que são depois difíceis de alterar<sup>7</sup>.

O problema dessa perspectiva de mudança institucional é justamente o fato de não se observarem com frequência momentos críticos que promoveram mudanças institucionais (PIERSON, 2004; THELEN, 1999). Por mais que grandes choques, como guerras e epidemias, provoquem reconfigurações dos arranjos institucionais de uma *polity*, eles não respondem pelas mudanças mais constantemente observadas. Por essa razão, Thelen (2003, 2004) e Thelen e Streeck (2005) desenvolveram uma tipologia de mudança institucional baseada nos microprocessos que desencadeiam as reconfigurações das instituições. Para aplicar essa tipologia, desenvolveu-se uma nova definição de instituições análoga à de regimes, a saber:

por regime entendemos um conjunto de regras que estipulam o comportamento esperado e “descartam” o comportamento considerado indesejável. Um regime é legítimo no sentido e na extensão de que as expectativas que ele representa são corroboradas pela sociedade na qual ele está incorporado. Regimes envolvem formuladores de regras e receptores de regras, aqueles definindo e modificando, frequentemente em conflito e competição, as regras que estes devem cumprir. [...] Uma instituição concebida como regime lembra [...] uma organização governante. [...]

7 No original: “historical institutionalists have frequently argued that institutional change typically involves a dynamic of ‘punctuated equilibrium’ [...]. There are brief moments in which opportunities for major institutional reforms appear, followed by long stretches of institutional stability. Junctures are ‘critical’ because they place institutional arrangements on paths or trajectories, which are then difficult to alter”.



Somente se conseguirmos distinguir analiticamente entre regras e sua implementação ou “promulgação” – e, por extensão, se pudermos identificar as lacunas entre as duas que são devidas a ou abrem oportunidades para a ação estratégica por parte dos atores –, poderemos capturar importantes elementos da mudança incremental (THELEN; STREECK, 2005, p. 12-13, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Essa visão traz a questão da mudança para a relação entre os atores que produzem e implementam regras e aqueles que obedecem às mesmas. O processo de reconfiguração institucional resulta das dinâmicas de interação entre esses atores, havendo cinco processos possíveis análogos a fenômenos geológicos: deslocamento (ascensão lenta de instituições subordinadas

perante as dominantes), estratificação (adição de novos elementos institucionais às instituições existentes, como se fossem camadas depositando-se uma sobre a outra), deriva (negligência da manutenção institucional mesmo diante de mudanças ambientais, levando ao deslizamento da instituição pela *polity*), conversão (reajuste de uma velha instituição para novas funções) e exaustão (falência gradual da instituição) (THELEN; STREECK, 2005). Nesses processos, os atores assumem diferentes papéis, relacionados, em grande medida, à sua posição na hierarquia institucional e a seu poder de veto (MAHONEY; THELEN, 2010). No Quadro 2, resume-se a tipologia proposta por essa literatura.

**Quadro 2**  
**Matriz de mudança institucional**

		Características da instituição	
		Baixo nível de discricionariedade na interpretação/implementação	Alto nível de discricionariedade na interpretação/implementação
Características do contexto político	Fortes possibilidades de veto	Estratificação	Deriva
	Fracas possibilidades de veto	Deslocamento	Conversão

Fonte: Adaptado de Mahoney e Thelen (2010, p. 19).

### *Mecanismos de mudança e outras questões*

Os estudos de caso alicerçados na perspectiva do institucionalismo histórico valem-se de conceitos e mecanismos de análise desenvolvidos por Paul Pierson (2000, 2003, 2004). Esse autor conseguiu sistematizar conceitos sobre temporalidade e sequência de forma a

apresentar técnicas de identificação de causas e efeitos, observando as maneiras como elas se desdobram e revelam em um dado período de tempo.

Pierson (2003) estabelece como referencial de busca de causalidade um período de 50 anos. Segundo o autor, reconstruções históricas com esse intervalo de tempo servem

8 No original: “by regime we mean a set of rules stipulating expected behavior and ‘ruling out’ behavior deemed to be undesirable. A regime is legitimate in the sense and to the extent that the expectations it represents are enforced by the society in which it is embedded. Regimes involve rule makers and rule takers, the former setting and modifying, often in conflict and competition, the rules in which the latter are expected to comply. [...] An institution conceived as regimes resembles [...] a ‘ruling organization’. [...] It is only if we can distinguish analytically between the rules and their implementation or ‘enactment’ – and, by extension, if we can identify the gaps between the two that are due to or open up opportunities for strategic action on the part of actors – that we can capture important features of incremental change”.

aos intuitos de uma pesquisa fundada no institucionalismo histórico, permitindo ao pesquisador reconstruir as principais linhas de causalidade de determinada política pública ou instituição. Evidentemente, cada pesquisador define o seu intervalo de análise, não devendo necessariamente seguir a recomendação de Pierson. O argumento desse autor, na verdade, serve mais como uma recomendação metodológica do que como um critério para se avaliar uma pesquisa de cunho institucionalista-histórico.

Há alguns mecanismos de causalidade que Pierson elenca relacionados: à velocidade que os eventos se desdobram; à sequência de eventos e decomposição dos mesmos; e ao acúmulo de causas. Essa abordagem torna complexa a lógica de causalidade, porque amplia o escopo de sua análise, considerando outros fatores que precisam ocorrer para que determinado efeito seja verificado. Em outras palavras, no modelo de Pierson uma causa  $x$  não necessária nem automaticamente se desdobra em um efeito  $y$ : para que esse efeito seja observado,  $x$  pode ter que agir com outras causas  $w$  e  $z$ , acumulando-se até um limiar de saturação;  $x$  pode ser resultado de uma sequência de subcausas  $a$ ,  $b$  e  $c$ ; ou até mesmo  $x$  pode precisar de um longo tempo para gerar o efeito  $y$ .

Mecanismos semelhantes aplicam-se aos efeitos. A velocidade dos fenômenos resultantes de eventos no passado não é sempre a mesma e está ligada, em grande medida, aos processos causais que a engendram. Na teoria da causalidade de Pierson, os fatos históricos não são elementos definitivos com relações diretas de causa e efeito, mas sim obras complexas da temporalidade. Por essa razão, a reconstrução da pesquisa histórica deve ser cuidadosa, alicerçando-se em dados que permitam a verificação de relações entre

eventos que agem conjuntamente como causas, atentando simultaneamente para as questões de velocidade e sequência.

Nesse sentido, a pesquisa do institucionalismo histórico é orientada por meio de técnicas que permitam evidenciar esses mecanismos. A narrativa histórica dos fatos é o método característico dos autores dessa corrente e baseia-se em análises documentais, dados estatísticos descritivos de séries temporais e comparações entre casos. Por meio dessas técnicas, os institucionalistas históricos interpretam a História, conferem-lhe um sentido por meio da narrativa e estabelecem as relações causais entre os fatos.

### **Críticas ao institucionalismo histórico e desenvolvimentos recentes**

As duas décadas e meia de desenvolvimento teórico do institucionalismo histórico também serviram de palco para críticas de diversos cientistas políticos e sociais. Os teóricos da escolha racional costumam rotular os institucionalistas históricos de “contadores de histórias”<sup>9</sup> (THELEN, 1999, p. 372) devido ao esforço por parte desses em retomar os contextos e as condições históricas sobre as quais se desdobraram os fatos. Porém, independentemente da disputa entre as duas correntes majoritárias por espaço na academia, o institucionalismo histórico apresenta problemas importantes a serem postos em debate.

Primeiramente, pela exposição dos mecanismos analíticos descritos por Pierson (2000, 2003, 2004), percebe-se que há um alto grau de arbitrariedade na definição não só do horizonte temporal da pesquisa histórica, mas também na busca por causalidades e no estabelecimento de sequências lógicas dos eventos. Por um lado, não se pode retornar indefinidamente a

9 No original: “From the other side, rational choice theorists have often argued that historical institutionalists are engaged in something less than theory building; they are stringing details together, ‘merely telling stories’”.

causas passadas em tempos distantes. Por outro, ao definir um ponto de partida, seja por falta de dados anteriores ou por ser o ponto que o autor considera mais importante, coloca-se a dúvida se realmente aquele é o evento mais adequado para explicar a cadeia subsequente. Não só isso, os próprios pesquisadores carecem de um conceito claro do que seja causa para sustentar suas escolhas, deixando em aberto o real significado dos eventos analisados.

Para lidar com esse problema, Capoccia (2015) recorre às conjunturas críticas como pontos demarcatórios e ao conceito de “causação distal”, entendida como decisões e desenvolvimentos no passado distante que geram efeitos de longo prazo nas instituições. Em sua proposta teórica, o momento das conjunturas críticas fornece os elementos necessários para se compreenderem a fluidez dos processos decisórios, o papel dos agentes e os processos de *path dependence* ensejados. Nesse contexto, os aportes metodológicos da Análise Histórica Comparada (AHC) são essenciais para conferir profundidade analítica ao caso estudado. O mesmo autor destaca como ferramentas metodológicas da AHC: 1) identificação das causas e seus processos históricos; 2) análise temporal; 3) ressignificação do valor do tempo; e 4) argumentos contrafactuais. Vale notar que o uso de argumentos contrafactuais surge como um instrumento para conferir maiores consistências teórica e histórica aos casos analisados, visto que os argumentos contrafactuais evidenciam, por meio de cenários alternativos plausíveis, os mecanismos pelos quais os processos políticos se desenvolvem, eliminando o determinismo inerente às análises estruturalistas.

Outra problemática relevante é a ambivalência entre agente e estrutura no que tange à mudança institucional (BOCHMANN, 2011; LUSTICK, 2009). As explicações sobre a mudança institucional não articulam consistentemente os seus motores: ora se tratam das condições ambientais institucionais

e extrainstitucionais que conduzem à reconfiguração de um dado arranjo institucional, ora se foca nos agentes e nas suas disputas por poder dentro de uma estrutura que tende a preservar padrões por meio dos processos de *feedback e path dependence*. Em outras palavras, as explicações falhariam em captar as duas dimensões simultaneamente: falhariam em compreender que os agentes tomam decisões imersos em considerações sobre um ambiente que os circunda, sobre as oportunidades e as ameaças, sobre o *zeitgeist*; assim como falhariam em considerar a estrutura como parte de decisões de seres humanos e não como um arranjo com vida própria uma vez depois de gerado. As consequências de uma abordagem desequilibrada podem levar ao determinismo da estrutura, no caso de análises eminentemente estruturais; ou, no caso de análises baseadas em agentes, ao determinismo de suas vontades e dos consensos que emanam de suas disputas.

Cientes dessas limitações, Hacker, Pierson e Thelen (2015) analisam com mais profundidade os processos de mudanças institucionais de conversão e deriva. Tais processos caracterizam-se pela manutenção das mesmas instituições, mas alterando sua interpretação original para uma nova interpretação (caso da conversão) ou seus efeitos sociais com a mudança de circunstâncias ambientais (caso da deriva). Essa é uma forma mais razoável de tratar a mudança institucional, uma vez que a criação de novas instituições é um processo laborioso e arriscado, geralmente indesejado pelos atores. Essencialmente, deriva e conversão assentam-se no conceito de ambiguidade, que decorre da falta de clareza das regras, levando a reinterpretções da instituição. Quanto mais ambígua é uma regra, mais ela pode ser reinterpretada e gerar um processo de conversão; quanto menos ambígua, mais chances de a instituição permanecer à deriva no sistema político. De todos os modos, ambos os processos exigem uma interação entre as

estruturas e os agentes, dando espaço para uma análise que abarca questões de automaticidade (*automacity*) e delegação.

Finalmente, em termos de técnicas de pesquisa, Faletti e Mahoney (2015) e Lieberman (2015) propõem métodos de sequenciamento temporal de causas, incluindo *Qualitative Comparative Analysis* (QCA), *process tracing* e *nested analysis*. É importante notar que elas se enquadram em análises qualitativas de pequeno a médio N para avaliar macroprocessos políticos (LIEBERMAN, 2015). Na verdade, a mais recente preocupação do institucionalismo histórico e da AHC é justamente com explicações macroconfiguracionais, visto que elas possuem uma forte dimensão temporal e fornecem informações e entendimentos mais substantivos sobre a política contemporânea (MAHONEY ; THELEN , 2015).

Entretanto, a proposta metodológica do institucionalismo histórico enfrenta críticas na academia justamente pelo seu caráter eminentemente interpretativo. A construção epistemológica encontra-se firmemente alicerçada, mas as técnicas de pesquisa mobilizadas são criticadas por não se encaixarem em um ideal de ciência replicável e fundamentado em dados quantitativos. Essa questão metodológica já esteve presente em outros momentos na Ciência Política, com autores importantes, como King et al. (1994) posicionando-se contra uma divisão supostamente desnecessária e improdutiva entre técnicas de pesquisa. Porém, os debates mais recentes na academia americana da disciplina demonstram que a metodologia ainda causa divisões importantes, especialmente no que tange ao espaço de publicação nas revistas de maior impacto na Ciência Política.

### **A abordagem histórica e as hierarquias de conhecimento**

A pesquisa histórica, em relação às demais abordagens na Ciência Política contemporânea,

enquadra-se na categoria de pesquisa qualitativa e interpretativa. Como visto anteriormente, a proposta do institucionalismo histórico e da AHC contrapõe-se ao modelo quantitativista e racional-dedutivo do institucionalismo da escolha racional e do comportamentalismo, buscando oferecer precisamente o que essas abordagens parecem carecer: contexto histórico e os efeitos do tempo. Entretanto, o desenvolvimento dessa proposta epistemológica confronta-se, principalmente no contexto da Ciência Política norte-americana, com uma política de ciência, na qual uma predileção pelo quantitativismo e pela modelagem matemática apresenta-se em alguns dos espaços não só de debate acadêmico, mas também dos periódicos científicos da disciplina e de associações da área (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016).

Esses conflitos de cunho epistemológico e metodológico são constantes na disciplina. Nas décadas de 1960 e 1970 (EASTON, 1985), os cismas ocorreram no âmbito macroestrutural do comportamentalismo e do neoinstitucionalismo, e, no microestrutural, no modo de abordagem dos fenômenos políticos, ou seja, por métodos quantitativos ou por métodos qualitativos/interpretativos. Mais recentemente, dois movimentos reativam o antigo cisma metodológico na Ciência Política, estando primariamente localizados nos Estados Unidos, porém com potencial para reverberarem nas demais academias da área ao redor do mundo.

O primeiro movimento aconteceu de forma inusitada em 2000, quando um e-mail anônimo, assinado por uma pessoa autodenominada de Mr. Perestroika, foi enviado em forma de carta aberta aos membros da American Political Science Association (APSA). A mensagem continha diversas críticas à associação e a suas revistas, acusando-as de promover uma orientação paradigmática e quantitativista em suas publicações. Quando a mensagem

veio a público, diversos cientistas políticos apoiaram o Mr. Perestroika, subscrevendo às acusações de dogmatismo epistemológico e metodológico (SCHRAM; CATERINO, 2006; FLYVBJERG, 2006; JACKSON, 2006; SCHWARTZ-SHEA, 2006; SHAPIRO; SMITH; MASOUD, 2004), principalmente via a revista mais prestigiada da APSA, qual seja, a *American Political Science Review* (APSR). Havia um sentimento generalizado entre eles de que as abordagens qualitativas e interpretativas estavam sendo relegadas a um segundo plano, sem o devido reconhecimento na disciplina como forma válida de produção de conhecimento. Não por acaso, muitos cientistas políticos norte-americanos altamente prestigiados – como Peter Hall, Ian Shapiro, Charles Tilly e Theda Skocpol – assinaram uma carta aberta endereçada à diretoria da APSA expressando suas insatisfações com relação a essa orientação metodológica tácita.

Em 2003, a APSA lançou uma revista com uma proposta mais plural, objetivando acomodar os pesquisadores mais alinhados com as abordagens qualitativas e interpretativas, como os institucionalistas históricos, denominada de *Perspectives on Politics* (HOCHSCHILD, 2003). Essa revista de fato publica mais artigos vinculados aos métodos qualitativos, demonstrando que havia uma demanda por mais pluralismo nas publicações oficiais da associação.

O debate da Perestroika, como ficou conhecido posteriormente, seguiu ocorrendo na academia norte-americana. Em 2015, a própria *Perspectives on Politics* lançou um simpósio para realizar um balanço do debate. A partir de um artigo publicado por John Gunnell (2015), outros seis cientistas políticos – James Farr, Robert Keohane, David Laitin, Kristen Renwick Monroe, Anne Norton e Sanford Schram – manifestaram-se com o intuito de contrapor ideias e percepções a respeito da

relevância e significado desse movimento para a Ciência Política.

Outra atualização do debate diz respeito à iniciativa e às reações quanto à política do Data Access and Research Transparency (DA-RT), apresentada no ano de 2009. Durante a presidência de Henry E. Brady na APSA, foi promovida uma discussão acerca da necessidade de garantir mais transparência e acesso aos dados das pesquisas publicadas nas revistas de Ciência Política. Essa discussão culminou na forma de uma declaração dos editores de revistas denominada de “Journal Editors’ Transparency Statement” (JETS), à qual inicialmente subscreveram 8 periódicos da disciplina, e que hoje conta com 27. A JETS consolidou-se na forma do DA-RT, que, de forma resumida, convoca os cientistas políticos à obrigação ética de divulgarem seus dados e de fomentarem transparência analítica em seus trabalhos<sup>10</sup>.

A controversa política do DA-RT resultou na reativação dos conflitos metodológicos da disciplina, retomando a oposição entre quantitativistas e qualitativistas. Os primeiros acolheram a iniciativa e defenderam-na como uma forma de garantir maior capacidade de avaliação das pesquisas e de replicação das mesmas. Já os qualitativistas acusaram o DA-RT de ser uma “política da ciência”, na qual se impôs uma única visão de transparência que não abarca a complexidade e a variedade das pesquisas em Ciência Política. Ao promover uma transparência que não considera aspectos de confidencialidade, subjetividade do pesquisador e pluralidade de métodos, o DA-RT acabaria por promover uma disciplina cada vez mais quantitativista, implicando negativamente na formação dos cientistas políticos e na sua inserção profissional (HALL, 2016; HTUN, 2016; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016).

---

10 Disponível em: <<https://goo.gl/N6QuEj>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

No âmbito do debate do DA-RT, torna-se clara a disputa metodológica dentro da disciplina. Os pesquisadores vinculados às duas tradições – quantitativa e qualitativa – discutem em termos que afastam a ideia de uma Ciência Política metodologicamente plural, sem distinções entre lógicas de pesquisa ou que pudesse cumprir com as recomendações metodológicas de King et al. (1994) (SIL; CASTRO; CALASANTI, 2016). O tom do debate é por vezes duro, como quando os quantitativistas acusam as pesquisas qualitativas de carecerem de rigor na descrição dos métodos a ponto de gerar desconfianças sobre as mesmas (ELMAN; KAPISZEWSKI, 2014; LUPIA; ELMAN, 2014; MORAVCSIK, 2014); ou quando os qualitativistas apontam para o projeto político de hegemonia metodológica dentro da Ciência Política (FUJII, 2016), mascarado pelo véu da transparência (HALL, 2016). Esse novo cisma, portanto, constrói-se em torno de visões de ciência que não são consensuais, que presumem diferentes formas de se abordarem os fenômenos políticos. Por trás disso, existe uma preocupação com o futuro não só da pesquisa, mas também da profissão do cientista político. Por mais que os quantitativistas argumentem que há uma necessidade de maior transparência, seja pela via da coleta e da divulgação dos dados, seja pela descrição dos métodos de análise, os termos em que essa transparência é definida terá efeitos sobre a pesquisa qualitativa.

O institucionalismo histórico, como abordagem qualitativa e interpretativa, é diretamente afetado por esse debate. A controvérsia gerada pelo DA-RT preocupa os pesquisadores vinculados a essa tradição justamente porque boa parte da análise dos fenômenos históricos advém da capacidade analítica do pesquisador, de suas interpretações diante dos fatos históricos. Por essa razão, os institucionalistas históricos – como Giovanni Capoccia,

Kathleen Thelen e Theda Skocpol – participam ativamente desse debate, opondo-se à implementação impositiva dessa política. Em decorrência disso, os pesquisadores dessa linha, bem como pesquisadores de outras abordagens qualitativas, assinaram uma petição em 2015 solicitando a postergação da implementação do DA-RT, visando a promover mais debates de forma a resolver questões que ainda seguem em aberto no âmbito dessa política. Além de dez ex-presidentes da APSA, assinaram-na pesquisadores de renome dos EUA, do Canadá, da Europa, da América Latina, da Ásia e da Oceania, mostrando o quão relevante é o tema para a disciplina. Evidentemente, como um debate em curso e que mobiliza tantos conflitos entre pesquisadores, é improvável que a resolução ocorra em breve, de modo que o DA-RT, bem como a Perestroika, ainda seguirão na agenda de discussões sobre hierarquias de conhecimento.

## Conclusão

Este artigo buscou discutir os fundamentos teóricos e metodológicos do institucionalismo histórico de forma a compreender seus desenvolvimentos ao longo de quatro décadas, referenciando-se nos principais autores que respondem pelas publicações mais substantivas em termos de esforços de teorização. Notou-se que, desde os anos 1990, os conceitos que alicerçam a teoria – como *path dependence*, *feedback* positivo e sequências temporais – têm ganhado robustez e convergido para a análise dos processos de mudança institucional.

A questão da mudança das instituições ocupa o centro das agendas de pesquisa do institucionalismo histórico na década de 2010. A relevância desse tema deve-se, principalmente, ao fato de que, na realidade, verifica-se mais inércia nas instituições do que mudanças abruptas ou grandiosas. As instituições, como obras

resultantes dos conflitos políticos, são constituídas de modo a permanecerem no tempo e, por isso, as mudanças tendem a ser realizadas via processos que não demandem renovação completa das mesmas. Não por acaso, deriva e conversão são os processos mais comuns na vida institucional das democracias, visto que ambas mantêm as regras existentes, mudando apenas seu funcionamento ou seus efeitos.

Como linha teórica, o institucionalismo histórico consolidou-se como uma das principais correntes do neoinstitucionalismo. Seus métodos e conceitos são implementados por diversos pesquisadores, ainda que se utilizem nomenclaturas distintas para os mesmos. No presente momento, seus grandes desafios são norteados pelos debates das hierarquias de

conhecimento, dentro dos quais a controvérsia do DA-RT é o mais importante. Embora não se prenuncie o fim dos métodos qualitativos e interpretativos, há uma preocupação legítima com questões de dogmatismo metodológico na Ciência Política. Isso pode gerar efeitos negativos não só na produção de conhecimento na disciplina, mas também na inserção dos novos cientistas políticos formados em tradições qualitativistas e interpretativas na comunidade científica e na profissão. Como o próprio institucionalismo histórico aponta, uma vez instalada uma instituição, uma série de processos de *feedback* positivo acabam consolidando-a em uma trajetória, cujo retorno ou rompimento é demasiado custoso para os atores.

## Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Why nations fail?* London: Profile Books, 2012.
- BOCHMANN, C. Evolutionary institutionalism: evolutionary concepts in institutional analysis. In: EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH GENERAL CONFERENCE, 2011, Reykjavik. *Proceedings...* Reykjavik: ECPR, 2011.
- CAPOCCIA, G. Critical junctures and institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). *Advances in comparative-historical analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 147-179.
- COX, G. W. The empirical content of rational choice theory. *Journal of Theoretical Politics*, Thousand Oaks, v. 11, n. 2, p. 147-169, 1999.
- EASTON, D. Political science in the United States: past and present. *International Political Science Review*, Thousand Oaks, v. 6, n. 1, p. 133-152, 1985.
- ELMAN, C.; KAPISZEWSKI, D. Data Access and Research Transparency in the Qualitative Tradition. *Political Science & Politics*, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 43-47, 2014.
- FALETTI, T. G.; MAHONEY, J. The comparative sequential method. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). *Advances in comparative-historical analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 211-239.
- FARR, J. Remembering the revolution: behavioralism in American political science. In: FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. (Eds.). *Political science in history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 198-224.

- FLYVBJERG, B. A perestroika straw man answers back: David Laitin and phronetic political science. In: SCHRAM, S.; CATERINO, B. (Eds.). *Making political science matter: debating knowledge, research, and method*. New York: New York University Press, 2006. p. 56-85.
- FUJII, L. A. The dark side of DA-RT. *Comparative Politics Newsletter*, State College, v. 26, n. 1, p. 25-27, 2016.
- GOLDSTONE, J. A. Comparative historical analysis and knowledge accumulation in the study of revolutions. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 41-90.
- GREEN, D. P.; SHAPIRO, I. *Pathologies of rational choice theory: a critique of applications in political science*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- GUNNELL, J. Pluralism and the fate of Perestroika: a historical reflection. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 13, n. 2, p. 408-415, 2015.
- HACKER, J. S.; PIERSON, P.; THELEN, K. Drift and conversion: hidden faces of institutional change In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). *Advances in comparative-historical analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 180-208.
- HALL, P. A. Transparency, research integrity and multiple methods. *Comparative Politics Newsletter*, State College, v. 26, n. 1, p. 32-36, 2016.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 58, p. 193-22, 2003.
- HOCHSCHILD, J. L. Editor's note: introduction and observations. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2003.
- HTUN, M. DA-RT and the social conditions of knowledge production in political science. *Comparative Politics Newsletter*, State College, v. 26, n. 1, p. 32-36, 2016.
- JACKSON, P. T. A statistician strikes out: in defense of genuine methodological diversity. In: SCHRAM, S.; CATERINO, B. (Eds.). *Making political science matter: debating knowledge, research, and method*. New York: New York University Press, 2006. p. 86-97.
- KING, G. et al. *Designing social inquiry: scientific inference in quantitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KIRKPATRICK, E. The impact of the behavioral approach on traditional political science. In: RANNEY, A. (Ed.). *Essays on the behavioral study of politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962. p. 1-29.
- LEVI, M. A model, a method and a map: rational choice in comparative and historical analysis. In: LICHBACH, M. I.; ZUCKERMAN, A. S. (Eds.). *Comparative politics: rationality, culture, and structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 19-41.



- LIEBERMAN, E. S. Nested analysis: toward the integration of comparative-historical analysis with other social science methods. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). *Advances in comparative-historical analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 240-263.
- LUPIA, A.; ELMAN, C. Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency. *Political Science & Politics*, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 19-42, 2014.
- LUSTICK, I. S. Historical institutionalism and evolution: tropes without theory. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING & EXHIBITION, 2009, Toronto. *Proceedings...* Toronto: American Political Science Association, 2009.
- MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. *Theory and Society*, New York, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.
- MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. Comparative historical analysis: achievements and agendas. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 3-40.
- MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-37.
- \_\_\_\_\_. Comparative-historical analysis in contemporary political science. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). *Advances in comparative-historical analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 3-37.
- MORAVCSIK, A. Transparency: the revolution in qualitative research. *Political Science & Politics*, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 48-53, 2014.
- NORRIS, P. Towards a more cosmopolitan political science? *European Journal of Political Research*, Hoboken, v. 31, n. 1, p. 17-34, 1997.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- PIERSON, P. Big, slow-moving and ... invisible. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 177-207.
- \_\_\_\_\_. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *The American Political Science Review*, Washington, DC, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.
- PIERSON, P. *Politics in time: institutions, and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- REZENDE, F. C. Convergências e controvérsias sobre a mudança institucional: modelos tradicionais em perspectiva comparada. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 37-51, 2012.

- SANDERS, E. Historical institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.). *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 39-55.
- SCHRAM, S.; CATERINO, B. Introduction: reframing the debate. In: SCHRAM, S.; CATERINO, B. (Eds.). *Making political science matter: debating knowledge, research, and method*. New York: New York University Press, 2006. p. 1-16.
- SCHWARTZ-SHEA, P. Conundrums in the practice of pluralism. In: SCHRAM, S.; CATERINO, B. (Eds.). *Making political science matter: debating knowledge, research, and method*. New York: New York University Press, 2006. p. 209-221.
- SCHWARTZ-SHEA, P.; YANOW, D. Legitimizing political science or splitting the discipline? Reflections on DA-RT and the policy-making role of a professional association. *Politics & Gender*, Cambridge, v. 12, n. 11, p. 1-19, 2016.
- SHAPIRO, I.; SMITH, R.; MASOUD, T. Introduction: problems and methods in the study of politics. In: SHAPIRO, I.; SMITH, R.; MASOUD, T. (Eds.). *Problems and methods in the study of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-18.
- SHEPSLE, K. A. *Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions*. London: Norton & Company, 2010.
- \_\_\_\_\_. Rational choice institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.). *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 23-38.
- SIL, R.; CASTRO, G.; CALASANTI, A. Avant-garde or dogmatic? DA-RT in the mirror of the social sciences. *Comparative Politics Newsletter*, State College, v. 26, n. 1, p. 40-43, 2016.
- SKOCPOL, T. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-43.
- \_\_\_\_\_. Doubly engaged social science: the promise of comparative historical analysis. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 407-429.
- \_\_\_\_\_. Why I am a historical institutionalist. *Polity*, Chicago, v. 28, n. 1, p. 103-106, 1995.
- STEINMO, S. *The evolution of modern states: Sweden, Japan and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- STINCHCOMBE, A. *Constructing social theories*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.
- THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 2, p. 369-404, 1999.

\_\_\_\_\_. How institutions evolve: insights from comparative historical analysis. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 208-240.

\_\_\_\_\_. *How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (Eds.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-32.

THELEN, K.; STRECK, W. Introduction: institutional change in advanced political economies. In: THELEN, K.; STRECK, W. (Eds.). *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 1-39.

## Resumo

### *Contribuições e desafios do institucionalismo histórico na Ciência Política contemporânea*

O neoinstitucionalismo desenvolveu-se ao longo da segunda metade do século XX em duas correntes que se tornaram preponderantes na disciplina: o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo histórico. O artigo reconstrói a evolução epistemológica e metodológica do institucionalismo histórico, objetivando compreendê-lo no contexto da Ciência Política contemporânea. Desde o recente movimento Perestroika, que reativou antigos cismas metodológicos na disciplina, os debates em torno do conhecimento científico adquiriram uma nova importância, principalmente no âmbito da controversa iniciativa do Data Access and Research Transparency. O institucionalismo histórico, fundado em uma abordagem mais qualitativa e interpretativa dos fenômenos políticos, encontra-se no centro dessas controvérsias. Nesse sentido, ao resgatar suas epistemologias, o artigo situa criticamente essa corrente teórica dentro desses debates e no contexto das hierarquias de conhecimento na disciplina.

**Palavras-chave:** Neoinstitucionalismo; Institucionalismo Histórico; Teoria Política; Metodologia; Hierarquias de Conhecimento.

## Abstract

### *Contributions and challenges of historical institutionalism to contemporary Political Science*

Throughout the second half of the 20th century, Neoinstitutionalism has developed into two pervasive theories in the discipline: rational choice institutionalism and historical institutionalism. The article traces the epistemological and methodological evolution of historical institutionalism, aiming to understand its context within contemporary Political Science. Since the Perestroika movement, which reactivated old methodological schisms in the discipline, the debates about the meanings of scientific knowledge have acquired renewed importance, especially due to the controversial initiative known as Data Access and Research Transparency. Historical institutionalism, which is founded on a qualitative/interpretive approach to political phenomena, has occupied a central position in these controversies. Therefore, by mapping its epistemologies, the article critically evaluates the theory in terms of the aforementioned debates and the hierarchies of knowledge in the discipline.

**Keywords:** Neoinstitutionalism; Historical Institutionalism; Political Theory; Methodology; Hierarchies of Knowledge.

## Résumé

### *Les contributions et les défis de l'institutionnalisme historique dans la Science Politique contemporaine*

Le néo-institutionnalisme s'est développé au cours de la seconde moitié du XXe siècle en deux courants qui sont devenus fréquents dans la discipline: l'institutionnalisme du choix rationnel et l'institutionnalisme historique. L'article reconstitue l'évolution épistémologique et méthodologique de l'institutionnalisme historique, en visant à comprendre dans le contexte de la Science Politique contemporaine. Dès le récent mouvement Perestroïka, qui a réactivé les anciens schismes méthodologiques dans la discipline, les débats sur les connaissances scientifiques ont acquis une nouvelle importance, en particulier à l'initiative controversée de Data Access and Research Transparency. L'institutionnalisme historique, basé sur une approche plus qualitative et d'interprétation des phénomènes politiques, est au centre de ces controverses. En ce sens, en reprenant leurs épistémologies, l'article situe, sous un point de vue critique, ce courant théorique dans ces débats et dans le contexte des hiérarchies de connaissances dans la discipline.

**Mots-clés:** Néo-institutionnalisme; Institutionnalisme Historique; Théorie Politique; Méthodologie; Hiérarchies de Connaissances.